

DOI: 10.30612/frh.v24i44.16345

PROJETOS AGRÍCOLAS E PLANOS PARA “EMANCIPAÇÃO” DO POVO TERENA DURANTE A DITADURA GEISEL

Agricultural projects and plans for the “emancipation” of the Terena people during the Geisel’s dictatorship

Proyectos agrícolas y planes para la “emancipación” del pueblo Terena durante la dictadura de Geisel

Victor Ferri Mauro

Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

victor.mauro@ufms.br

<https://orcid.org/0000-0003-1276-4684>

Recebido: 21/9/2022

Aprovado: 14/12/2022

Resumo

Respaldaado por informações obtidas em fontes jornalísticas, publicações acadêmicas e documentos oficiais, este artigo examina o contexto em que se deu a visita do presidente da República Ernesto Geisel à aldeia Bananal, município de Aquidauana, em 1977, e analisa os propósitos centrais do governo federal à época voltados ao povo indígena Terena. As questões principais enfocadas aqui dizem respeito aos planos de emancipar o referido grupo étnico da tutela estatal e aos projetos agrícolas que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) implantou nas aldeias a partir de então com vistas a desenvolver a lavoura comercial. A receptividade dos nativos à presença do mandatário político da nação e às propostas colocadas em pauta por seu governo foi escrutinada tendo em conta declarações proferidas por lideranças desse povo. Os discursos propalados por autoridades públicas sobre os Terena e sobre a emancipação da tutela e as expectativas depositadas por elas nos Projetos de Desenvolvimento Comunitário aplicados nas áreas ocupadas pelos povos originários considerados “mais integrados” também foram tratados com especial atenção. A conclusão é que o Estado, ao tratar os Terena como sujeitos subalternos – desconsiderando padrões e práticas econômicas tradicionais e tentando suprimir abruptamente a assistência prestada – exerceu sobre eles aquilo que Anibal Quijano chama de “colonialidade do poder”. Entretanto, a comunidade indígena, ativando a sua capacidade de agência e organização, pôs em curso estratégias de resistência e negociação, impulsionando a luta por assistência diferenciada e por direitos territoriais específicos.

Palavras-chave: Terena. Ernesto Geisel. Política Indigenista. Tutela. Emancipação.

Abstract

Supported by information obtained through journalistic sources, academic publications and official documents, this article examines the contexto of the visit of the President of Brazil Ernesto Geisel to the indigenous village of Bananal, in the city of Aquidauana, in 1977, and analyzes the purposes of the federal government that were intended for the Terena indigenous people. The issues focused here concern the plans to emancipate the ethnic group from state tutelage and the agricultural projects that Fundação Nacional do Índio (FUNAI) implemented in the communities with the intention of developing commercial farming. The receptiveness of the natives to the presence of the political representative of the nation and to the proposals put on the agenda by their government was detailed considering statements made by the leaders of this people. The speeches of public authorities about the Terena and their emancipation, the expectations placed by them in the Community Development Projects that were applied in the areas occupied by the native peoples considered “more integrated” were also treated by us with special attention. The conclusion is that the Brazilian State, by treating the Terena as subaltern people - disregarding some of their traditional economic standards and practices and trying to abruptly suppress the assistance provided to them – ended up exercised over them what Anibal Quijano calls “coloniality of power”. However, the indigenous community, with its ability to organize, put in place strategies of resistance and negotiation, increasing the struggle for differentiated assistance and specific territorial rights.

Keywords: Terena. Ernesto Geisel. Indigenist Policy. Guardianship. Emancipation.

Resumen

Apoiado en informaciones de fuentes periodísticas, publicaciones académicas y documentos oficiales, este artículo examina el contexto en que se produjo la visita del presidente del Brasil Ernesto Geisel a la aldea Bananal, municipio de Aquidauana, en 1977, y analiza los propósitos centrales del gobierno federal de la época dirigidos al pueblo indígena Terena. Las principales cuestiones que se abordan aquí se refieren a los planes para emancipar a este grupo étnico de tutela estatal y a los proyectos agrícolas que la Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ha puesto en marcha en las comunidades desde entonces con vistas a desarrollar la agricultura comercial. La receptividad de los indígenas a la presencia del representante político de la nación y a las propuestas presentadas por su gobierno se analizaron teniendo en cuenta las declaraciones de los líderes de este pueblo. También se trataron con especial atención los discursos de los poderes públicos sobre los Terena y sobre la emancipación tutelar y las expectativas puestas por ellos en los Proyectos de Desarrollo Comunitario aplicados en las zonas ocupadas por los pueblos originarios considerados “más integrados”. La conclusión es que el Estado, al tratar a los Terena como sujetos subalternos – desconociendo patrones y prácticas económicas tradicionales e intentando suprimir abruptamente la asistencia prestada – ejerció sobre ellos lo que Aníbal Quijano denomina “colonialidad del poder”. Sin embargo, la comunidad indígena, activando su capacidad de agencia y organización, puso en marcha estrategias de resistencia y negociación, impulsando la lucha por la asistencia diferenciada y por derechos territoriales específicos.

Palabras clave: Terena. Ernesto Geisel. Política Indigenista. Tutela. Emancipación.

Introdução

Respaldado por informações obtidas através de fontes jornalísticas, publicações acadêmicas e documentos oficiais, este artigo examina o contexto em que se deu a visita do presidente da República Ernesto Geisel à aldeia Bananal, município de Aquidauana, em 1977, e analisa os propósitos do governo federal à época voltados ao povo indígena Terena. Alguns dos autores citados neste texto são mestres e doutores, com formação variada, pertencentes a essa etnia. É o caso de Amado (2020), Antonio (2016), Baltazar (2022), Cardoso (2016), Jordão (2014), Miranda (2006) e Salvador (2012; 2022). As vozes de outros Terena, que foram líderes desse povo nas décadas de 1970 e 1980, foram aqui consideradas por meio de declarações repercutidas na imprensa.

As questões enfocadas dizem respeito aos planos de emancipar o referido grupo étnico da tutela estatal e aos projetos agrícolas que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) implantou nas aldeias a partir de então, com vistas a desenvolver a lavoura comercial e, assim, acelerar o processo de integração dos Terena à economia regional.

Veremos que a satisfação dos indígenas com os resultados dos projetos não durou muito tempo, dentre outros motivos, porque ocorreram dificuldades de adaptação às mudanças nos costumes acarretadas pelo advento de métodos e tecnologias de plantio, porque os investimentos de recursos públicos na ação foram insuficientes e descontínuos e porque as terras disponíveis para plantar continuaram escassas.

O plano de suprimir a tutela jurídica também não foi bem aceito pelos povos indígenas brasileiros e acabou por ser engavetado pelo governo federal após sofrer forte reação por parte da sociedade civil.

A política indigenista da ditadura civil-militar e a questão da tutela indígena

Entre 1964 e 1985, vigorou no Brasil uma ditadura civil-militar, que atuou de modo autoritário e repressivo, cometendo abusos e violências não apenas contra os povos originários, mas afetando vários outros segmentos da sociedade. O historiador Júlio Quevedo dos Santos (2020) afirma que a política indigenista desse período se opôs à autodeterminação dos povos, sendo conivente com o esbulho de suas terras e usando o instrumento jurídico da tutela de modo paternalista como um mecanismo de controle e repressão. O autor relembra que o governo federal promoveu campanhas desabonadoras acerca desses grupos, fomentando estigmas e preconceitos, na tentativa de

convencer a opinião pública de que no país existia “muita terra para pouco índio”. A ideologia oficial aventava que a condição indígena derivava de uma situação de incapacidade civil e que a integração à sociedade brasileira transmutaria a etnicidade, tornando os sujeitos equiparáveis a cidadãos nacionais quaisquer e não fazendo mais jus aos direitos diferenciados (SANTOS, 2020, p. 197-198).

Segundo Egon Heck (2021, p. 219), no meio militar e no imaginário das elites do país pairava a ideologia de que a diversidade étnica seria uma barreira para a consolidação de uma nação pujante. O capital financeiro estava ávido por se apoderar das terras dos indígenas e de suas riquezas e, em seu apoio, o governo percebia os povos originários como óbice ao desenvolvimento, devendo serem subjugados ou exterminados.

A percepção que predominava entre governantes e gestores públicos era a de que a assistência aos indígenas gerava despesas excessivas para a União e inviabilizava a exploração das riquezas contidas nas áreas que estes controlavam, tão almejada pelo capital privado. Interessava retirar progressivamente investimentos estatais nas comunidades e abolir o caráter inalienável de suas terras, promovendo a aceleração da incorporação destas à economia de mercado.

Legalmente, os indígenas eram considerados relativamente incapazes quanto aos atos da vida civil e eram tutelados pelo órgão indigenista do Estado desde a promulgação do Código Civil de 1916. A tutela fora concebida como um mecanismo de proteção coletiva dos indígenas e de seu patrimônio, e com esse princípio foi mantida pela Lei nº 6.001, que dispôs sobre o Estatuto do Índio, sancionada em 1973. O artigo oitavo da lei estipulou a nulidade dos “atos praticados entre o índio não integrado e qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente”, mas, em seu parágrafo único, ressaltou que não se aplicava “a regra deste artigo no caso em que o índio revele consciência e conhecimento do ato praticado, desde que não lhe seja prejudicial, e da extensão dos seus efeitos” (BRASIL, 1973).

No entendimento do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, a tutela conferia aos indígenas uma proteção adicional e, na prática, não obstava o exercício da cidadania, uma vez que a legislação lhes garantia, como aos demais brasileiros natos, o direito de votarem e de serem eleitos, de registrarem propriedades em seus nomes, de gerirem seus próprios negócios, de se organizarem em associações e constituírem advogados sem a intermediação da FUNAI (SANTOS, 1995, p. 98-99). O antropólogo Pedro Agostinho compreendia que, uma vez que a incapacidade do indígena era apenas relativa e não absoluta, competia ao órgão tutor assistir e proteger os tutelados, não devendo fazer ingerências arbitrárias nem se sobrepor às suas escolhas (AGOSTINHO, 1982, p. 83).

A referida lei comportava em seu artigo nono a possibilidade de os indivíduos indígenas obterem a plena capacidade civil, uma vez pleiteando em juízo a liberação do regime de tutela, desde que comprovassem possuir os quatro seguintes requisitos: “I - idade mínima de 21 anos; II - conhecimento da língua portuguesa; III - habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional; IV - razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional”. Também estava prevista no Estatuto a possibilidade de toda uma comunidade indígena ser emancipada coletivamente por meio de decreto chancelado pelo presidente da República, “desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional” (BRASIL, 1973).

Em outubro de 1976, o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, tornou pública sua pretensão de revisar a questão, prevendo a possibilidade de extinguir a tutela por meio de decisão judicial a partir da requisição do órgão indigenista, passando a não depender mais da iniciativa dos próprios tutelados. O ministro declarou que perseguiria metas estipuladas por Geisel de reduzir a população indígena do Brasil de 220 mil para 20 mil pessoas em dez anos e de integrar todas elas à comunhão nacional em três décadas (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 1979, p. 11). Nessa época era anunciado na imprensa que a etnia Terena seria a primeira a receber coletivamente a liberação da tutela.

O general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da FUNAI, também preconizava que os povos indígenas deveriam ser preparados para a emancipação, mas entendia que esse processo exigia um tempo maior do que aquele que o ministro julgava necessário. Em 1976, havia sido publicada pelo órgão indigenista uma edição da revista *Atualidade Indígena* em que Ismarth admitia que, depois de visitar a reserva indígena Taunay-Ipegue no mês de outubro, percebeu a necessidade de fomentar naquela comunidade a produção agrícola em caráter comercial, pois se convenceu de que “os índios Terena, daquela área, estão em avançado grau de aculturação e que para alcançarem a emancipação necessitam da implantação de projeto de desenvolvimento comunitário” (BRASIL, 1976, p. 64).

Desde o período imperial, os Terena eram retratados pelas fontes como destacados agricultores. As autoridades nacionais os classificavam como pacíficos e colaborativos com os interesses do Estado. Essa cooperação se deu, por exemplo, através do fornecimento de alimentos para o abastecimento do Exército Brasileiro e no engajamento como combatentes durante a Guerra do Paraguai. Nos relatórios do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) consta que, na primeira metade do século XX, famílias terena foram transferidas por agentes indigenistas para a região de

Dourados, então estado de Mato Grosso, e para o oeste paulista para viverem entre outras etnias e ensinarem a elas suas técnicas agrícolas. Consta que o órgão tutor incentivava os Terena a se dedicarem às lidas rurais dentro das aldeias e em fazendas vizinhas. Em documentos oficiais, esses nativos eram elogiados pela qualidade e pela produtividade de seus serviços e a aldeia Bananal, a mais numerosa da reserva Taunay-Ipegue, era citada como modelo de referência (VARGAS, 2011, p. 123).

A escolha de Bananal para a visita de Geisel, portanto, não fora aleatória. O governo pretendia repercutir aquele evento como propaganda de uma nova política indigenista, de acentuado viés integracionista, em que o indígena tido como aculturado passaria a ser tratado supostamente sem paternalismo, recebendo as condições para se tornar um produtor rural autossuficiente e em sintonia com a modernidade. Os mandatários federais pensavam que, aumentando a produtividade da lavoura e, conseqüentemente, a renda indígena, seria dispensável a regularização de territórios há muito reivindicados pelos nativos, mas que não estavam ocupados por eles. Liberando terras para a colonização privada, o Estado cedia à pressão de políticos e empresários ruralistas que achavam, pela métrica cartesiana, que os povos originários possuíam áreas excessivas.

O cientista social Mário Salvador relata que a agricultura tradicional de seu povo praticava o plantio em pequena escala, em roças familiares, usando técnicas e ferramentas simples e alternando cultivos de gêneros diversos (SALVADOR, 2012, p. 38). O agrônomo Claudionor Miranda ensina que o preparo do solo pelos Terena costumava ser realizado de forma manual, com o uso da enxada, em sistema de mutirão, onde os lavradores cooperavam trabalhando em revezamento em pequenos lotes de cada uma das famílias parceiras (MIRANDA, 2006, p. 99-100). O biólogo Leosmar Antonio (2016, p. 34) registra que, pelo sistema tradicional, o desbravamento de novos espaços para a lavoura começava com a derrubada de parte da mata pelo uso da foice e do machado, preservando as plantas que tinham utilidade alimentar, farmacológica ou cultural. Tocos eram mantidos porque ajudavam a conter a erosão do solo.

Esses procedimentos estão em sintonia com o modelo de economia tradicional indígena, que, segundo o historiador Antônio Brand, é caracterizado pela priorização do suprimento das necessidades das parentelas e pelo consumo direcionado para o exercício da reciprocidade, não focado, portanto, na produção de excedentes e na comercialização (BRAND, 2001, p. 62). Entretanto, após a criação das reservas indígenas e a submissão ao regime tutelar do SPI, que ocorreu a partir do início do século XX, o Estado induziu os Terena a adotar um padrão de agricultura

diferente, mais semelhante ao dos produtores regionais. Mas nem por isso os indígenas abandonaram completamente a lavoura familiar.

Um levantamento realizado por técnicos da FUNAI apontou que, no início de 1977, somada toda a produção agropecuária dos moradores de Taunay-Ipegue, existiam 700 reses bovinas e aproximadamente 200 hectares cultivados com arroz, feijão, mandioca, cana, banana e milho. Os indígenas, no entanto, se queixavam da inexistência de armazéns para a estocagem e veículos para o transporte dos produtos, além da falta de uma política de preços mínimos pagos aos produtores (BRASIL, 1977, p. 5).

A FUNAI então apresentou no mesmo ano uma nova proposta de ação, que explicitava em sua justificativa a ideologia integracionista ao dizer sobre o povo Terena que

O número elevado de indígenas em adiantado grau de instrução (ginásio, científico e universitário), é responsável pela mudança de mentalidade do grupo com o despertar de novos anseios. Não mais se satisfaz a comunidade com as trocas simples de poucos excedentes de sua produção, e muito menos, em alugar sua força de trabalho ao branco civilizado da redondeza. Trata-se agora, numa primeira etapa, de aumentar quantitativa e qualitativamente a produção, com vistas a aquisição de maquinaria e implementos que capacitem a comunidade a voltar-se também para os tipos de atividades rentáveis que lhes proporcionem um maior conhecimento tecnológico e bem-estar social. (BRASIL, 1977, p. 14).

Ao final dos anos de 1970, existiam no Brasil muitos indígenas que preenchiam os requisitos legais para requerer a emancipação, mas nenhum pedido sequer havia sido apresentado. Esse fator preocupava o governo federal, ansioso por se desincumbir da obrigação de prestar assistência a eles. Um dos indígenas que era frequentemente citado pelo ministro do Interior como exemplo de alguém que havia atingido o grau de aculturação suficiente para ser emancipado era o Terena Jair de Oliveira, que exercia o cargo de vereador em Aquidauana pelo terceiro mandato consecutivo, desde 1966, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da base do regime ditatorial.

Jair era nascido em Bananal, mas saiu de lá ainda na infância, tendo sido levado por missionários religiosos para estudar fora. Havia concluído um curso de evangelista em Minas Gerais. Tendo retornado para Aquidauana, passou a morar na área urbana daquela cidade, onde, antes da vereança, foi secretário de ensino e inspetor de postos fiscais. Entusiasta da agricultura mecanizada, o vereador pediu formalmente a Ismarth, em 1976, a compra de tratores para atender ao seu povo (O GLOBO, 7/11/1976, p. 10).

Já naquele tempo, a presença de Terenas na cidade ou em fazendas não era novidade. A FUNAI estimava em 1977 a existência de cerca de 4 mil indígenas dessa etnia vivendo fora das aldeias, sendo que a população terena total era de mais ou menos 11.000 (BRASIL, 1977, p. 10).

Os preparativos para a cerimônia

Estando há mais de um século em contato permanente com a sociedade envolvente, as comunidades Terena concebiam cada vez mais os produtos manufaturados como parte de sua vida cotidiana. Para adquiri-los era preciso obter renda. Sendo assim, as pessoas, sobretudo masculinas, frequentemente vendiam suas forças de trabalho em serviços braçais temporários em fazendas da região, em condições de exploração, passando a dedicar menos tempo às atividades laborais nas aldeias. A FUNAI então anunciou a proposta de introduzir nas reservas projetos agrícolas que ofereceriam uma alternativa ao envolvimento com a “changa” – nome dado ao trabalho rural esporádico em propriedades alheias – e que prometiam promover a autonomia financeira das famílias.

Inicialmente, a ideia foi encarada com otimismo pela maioria dos Terena, dadas as dificuldades socioeconômicas que vinham enfrentando e frente ao abandono das comunidades pelo poder público do qual muitos se queixavam.

Em fevereiro de 1977, foi confirmada, para abril daquele ano, a visita de Geisel a Taunay-Ipegue. Também foi anunciado que técnicos da FUNAI estavam elaborando um projeto que previa a mecanização das lavouras e o incremento substancial da produção agrícola nas aldeias voltado para a comercialização de alimentos, que deveria estar concluído na data da visita presidencial (CORREIO DO ESTADO, 18/2/1977, p. 5).

Uma equipe de dezenas de pessoas a serviço da Presidência da República foi deslocada para Aquidauana para cuidar dos preparativos da recepção da comitiva presidencial, atentando para questões como deslocamento, alimentação, acomodação, cerimonial e segurança.

Por um lado, as lideranças terena se mostravam esperançosas com as promessas de desenvolvimento. Por outro, demonstravam desconfiança e preocupação, pois não se sabia ao certo as consequências que a extinção da tutela poderia acarretar caso fosse outorgada. No meio indigenista era ventilada extraoficialmente a informação de que estava sendo planejada uma mudança legal para individualizar a propriedade das terras dos indígenas emancipados, de modo a permitir que viessem a ser comercializadas.

O capitão da aldeia Bananal, Tibúrcio Francisco, contou a um repórter que não estava muito informado sobre o assunto da emancipação e que nenhuma pessoa da FUNAI até então tinha ido até lá para explicar (PINHEIRO, 1977, p. 1). Para refletir melhor a questão, o Conselho Tribal do Povo Terena promoveu reuniões com a comunidade das aldeias locais. Algumas informações e interpretações chegavam através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organização ligada à Igreja Católica, e de outras entidades de apoio à causa indígena.

No dia 12 de março de 1977 ocorreu uma assembleia envolvendo a população das quatro aldeias daquela reserva, que resultou em um manifesto assinado pelos capitães Tibúrcio (de Bananal), Reginaldo Miguel (de Lagoinha), Paulo Francisco (de Água Branca) e Justo da Silva (de Ipegue). O documento informava que os participantes da convenção manifestaram o desejo unânime de se integrarem à sociedade brasileira e se inserirem em todas as suas atividades, porém, rejeitavam a emancipação por julgarem-se despreparados, uma vez que somente então começavam a receber recursos suficientes para desenvolverem sua economia. Por esta razão, solicitavam a continuidade da assistência governamental para que algum dia atingissem as condições para se emanciparem. Reivindicavam, por fim, a disponibilização urgente de alguns equipamentos e benfeitorias, como trator, caminhão, máquina de beneficiar arroz, a implantação de uma destilaria de álcool anidro e de fábricas de fubá e farinha de mandioca (CORREIO DO ESTADO, 28/3/1977, p. 7).

Esse documento foi entregue ao ministro e ao presidente da FUNAI em uma visita feita por ambos, em 27 de março, para verificar os preparativos para a recepção de Geisel. Na oportunidade, o ministro afirmou que o governo ainda não havia planejado prazos para suprimir a tutela, argumentou que a emancipação aconteceria de forma não forçada e prometeu que muitos anos se passariam até isso ocorrer. Enquanto isso, a FUNAI manteria a prestação da assistência. Rangel Reis também garantiu que “a terra indígena sempre será dos indígenas e jamais poderá ser negociada, quer pelo governo, quer pelo próprio índio, pois pertence a toda a comunidade” (CORREIO DO ESTADO, 28/3/1977, p. 7).

Quanto às demandas por subsídios para a agricultura, Rangel deu a sua palavra de que checaria a viabilidade de atender e deixou claro que “nem o governo nem a Funai vão doar nada aos índios. Vão financiar e a comunidade vai ter que pagar, em prazos bastante longos que ainda serão estudados” (CORREIO DO ESTADO, 28/3/1977, p. 7).

No início de abril de 1977, o governo anunciou que o Ministério do Interior firmaria com o Banco do Brasil um contrato de empréstimo destinado a financiar projetos de desenvolvimento

econômico em Taunay-Ipegue. A assinatura ocorreria em ato simbólico na visita do presidente da República no final daquele mês. Orgulhoso, o presidente da FUNAI anunciou que a ação seria apenas o começo de uma proposta que se estenderia a outras comunidades do estado (O GLOBO, 4/4/1977, p. 6).

As aldeias da reserva Taunay-Ipegue, pouco antes da passagem do presidente, receberam investimentos federais para a recuperação de estradas de terra, a construção de pista de pouso, a instalação de uma linha de energia, a perfuração de um poço artesiano, a pintura geral nos prédios e nas árvores, a limpeza do mato e a instalação de equipamentos de iluminação pública (CORREIO DO ESTADO, 28/4/1977, p. 3). As benfeitorias feitas às pressas antes do grande evento evidenciavam o propósito de maquiagem uma realidade de décadas de negligência do poder público na assistência daquela comunidade e tornar os indígenas mais afáveis à recepção do mandatário da federação.

Enquanto isso, lideranças de outras comunidades Terena se queixavam do descaso com suas aldeias. A aldeia de Cachoeirinha, no município de Miranda, por exemplo, sofria com a falta de vagas na escola, cujo prédio estaria quase desabando. Além disso, os moradores locais reclamavam da falta de medicamentos, da indisponibilidade de luz elétrica e de recursos para assistência rural (CORREIO DO ESTADO, 28/4/1977, p. 3).

O dia da visita

A visita de Geisel aconteceu em 28 de abril de 1977. Cerca de 4 mil pessoas compareceram ao evento, sendo aproximadamente 3 mil indígenas e mil não indígenas. O chefe de Estado desembarcou na aldeia em um pequeno avião da Força Aérea Brasileira, às 10 horas e 45 minutos, acompanhado de Rangel Reis; do ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli; do governador de Mato Grosso, José Garcia Neto; do general Gentil Marcondes Filho, comandante militar da região e do senador Antônio Mendes Canale. Na chegada foram saudados por Jair de Oliveira e pelos capitães Terena das aldeias daquela reserva. Em seguida, Geisel e as demais autoridades subiram em um palanque montado em frente à escola General Rondon e foi executado o hino nacional, cantado em coro pelos que se faziam presentes, enquanto as crianças agitavam bandeirolas do Brasil. Na sequência, indígenas presentearam o presidente e os ministros com o *ichipachaati* (espécie de broche feito de bambu e penas) e o reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso fez a apresentação formal de terenas que cursavam o ensino superior em instituições públicas e privadas (CORREIO DO ESTADO, 29/4/1977, p. 11).

A apresentação dos acadêmicos seria uma forma de mostrar o progresso educacional conquistado pela comunidade, que muito orgulhava os Terena. O antropólogo Mário Isaac (2004, p. 167) observou que frequentemente os integrantes desse povo assumem uma autorrepresentação como “índios civilizados”, estratégia que visa garantir para si próprios um tratamento digno no interior da sociedade brasileira. Desta forma, os Terena manifestariam o desejo de serem reconhecidos pelos demais cidadãos em condições parelhas de intelectualidade e capacidade civil.

Logo após as reverências às autoridades, o capitão Tibúrcio começou a proferir um discurso na língua nativa que foi simultaneamente traduzido para o português por Jair, afirmando que era uma grande satisfação receber a visita do primeiro chefe do Executivo a pisar em uma aldeia Terena e agradecendo pelas benfeitorias levadas para o local, como luz elétrica, água encanada e projetos agrícolas. Jair ainda ressaltou que o governo federal planejava a integração dos indígenas ao desenvolvimento nacional dentro de mais alguns anos e enalteceu o trabalho proficiente que os seus patrícios desempenhavam (CORREIO DO ESTADO, 29/4/1977, p. 11).

Jair disse que o seu povo se sentia profundamente honrado com a visita e que estava ciente “da gradativa e segura assistência que o Governo pretende dar ao índio, para que, em futuro não muito longínquo, ele possa integrar, harmonicamente, ao mundo do branco” (JORNAL DO BRASIL, 29/4/1977, p. 13). Após anunciar que a sua comunidade seguia à risca o lema da bandeira nacional, acrescentou que “o índio terena, depois de econômica e psicologicamente integrado, quer competir em igualdade de condições para ajudar o Brasil a crescer, participando decisivamente do seu desenvolvimento” (LONTRA, 1977, p. 8). Dias antes, Jair havia declarado a uma jornalista sentir que seus patrícios ainda não estavam preparados para o fim da tutela e que a emancipação imediata jogaria os Terena na pobreza (COSTA, 1977, p. 6).

Circulava na época a informação de que Jair pretendia se lançar candidato a deputado estadual na eleição seguinte. Nesse cenário, dividir o palanque com o presidente na solenidade em que seriam anunciados investimentos para beneficiar a comunidade poderia agregar um importante capital político para o vereador. Para Geisel, estar sendo recepcionado no reduto de um aliado indígena pertencente ao mesmo partido político era algo que deveria lhe trazer mais confiança e tranquilidade naquele ambiente. Para ambos era vantajoso.

Segundo o geógrafo Paulo Baltazar, Taunay-Ipegue era o maior reduto eleitoral de Jair, especialmente a aldeia Bananal, onde o capitão indígena era seu aliado. Ali Jair recebia votação expressiva. Tibúrcio articulava na aldeia um grupo político formado por várias famílias e era também

apoiado pelo prefeito municipal. Porém, Jair e seus aliados não eram unanimidade. Um grupo de oposição, composto dentre outros, por Domingos Marcos e Modesto Pereira, estava se articulando (BALTAZAR, 2022, p. 100-102). Estes últimos também defendiam explicitamente a agricultura mecanizada.

Joel, um dos irmãos de Jair, cursava faculdade em Campo Grande, era servidor da FUNAI e havia sido recém-empossado como delegado regional daquele órgão. Outros irmãos e irmãs eram universitários e ocupavam cargos públicos. Portanto, no contexto local, a família Oliveira estava empoderada e havia a expectativa de que isso ajudasse na obtenção de mais investimentos para a comunidade.

O oferecimento de honrarias e presentes às autoridades e a deferência exprimida nos pronunciamentos dos indígenas que subiram ao palanque expressam bem o etos terena descrito pelo antropólogo Levi Pereira, em que a demonstração de civilidade é tomada como parâmetro a ser seguido por pessoas que detém *status* elevado dentro daquela sociedade. Por parte dos líderes étnicos, há uma preocupação vigilante em se portar com dignidade em situações de interação social, em que estejam representando interesses de sua comunidade frente a autoridades do Estado e figuras eminentes. A ascensão política de uma liderança terena e a consolidação dela nesse papel depende do sucesso em performar esse etos de modo a convencer seus liderados de que ela prioriza os interesses comunitários em detrimento de ambições individuais (PEREIRA, 2009, p. 85-87).

A maior parte dos Terena presentes na solenidade tinha um bom grau de compreensão da língua portuguesa, mas o pronunciamento no idioma materno foi muito importante pela simbologia que reforçava a disposição daqueles indígenas de continuarem resistindo enquanto povo e praticando a sua cultura tradicional.

Ao término das falas dos indígenas, Geisel improvisou um breve discurso, que não teria durado mais de 10 minutos, destacando que era a primeira vez que ele visitava uma comunidade indígena na investidura do cargo e reconhecendo que os indígenas brasileiros passavam por inúmeros problemas. O presidente justificou que estava no local para conhecer a realidade dos Terena de perto, para saber o que eles pensavam, como trabalhavam, quais as dificuldades que enfrentavam e assim ver o que o governo poderia fazer para auxiliá-los dentro da limitada dotação orçamentária disponível. Na sequência, o presidente da FUNAI tomou a palavra para anunciar benefícios que a sua gestão à frente daquele órgão estava trazendo para as populações indígenas (CORREIO DO ESTADO, 29/4/1977, p. 11).

Nenhum representante do governo que discursou mencionou a questão da emancipação da tutela (LONTRA, 1977, p. 8), provavelmente para evitar se envolver em um assunto espinhoso do qual já se sabia que os Terena não concordavam em absoluto.

Ainda no palanque, Geisel assistiu à apresentação de três performances de danças tradicionais, incluindo a dança do “bate-pau”. Cinco crianças terena, representando os estabelecimentos escolares daquela reserva, entregaram ao presidente trabalhos manuais, como cocares e peças de cerâmica. Outros presentes foram dados por membros da etnia. Por fim, crianças cantaram a “Canção do Soldado” com a letra modificada, com uma das partes pronunciando a expressão “somos índios brasileiros” (CORREIO DO ESTADO, 29/4/1977, p. 11).

Conforme a percepção do antropólogo Andrey Ferreira, a experiência histórica de viver em uma região em que foi delineada uma fronteira entre diferentes países induziu os Terena a adotarem um forte sentimento de brasilidade incorporado ao *corpus* mítico e ritual dessa etnia. Isso não significa que a identificação étnica foi suprimida, mas que a identidade indígena e a identidade nacional foram articuladas e sobrepostas. Os símbolos nacionais foram reinterpretados e ressignificados pela lógica nativa produzindo novas representações coerentes (FERREIRA, 2009, p. 378-402).

Depois da cerimônia, Geisel se reuniu rapidamente a portas fechadas com autoridades oficiais e com lideranças indígenas na escola da aldeia para discutir o projeto agrícola apresentado pela FUNAI e almoçou com sua comitiva um churrasco preparado por um restaurante de Aquidauana, enquanto a comunidade, do lado de fora, degustava outro churrasco feito à moda tradicional. Após a refeição, Geisel percorreu brevemente de carro algumas áreas agrícolas (JORNAL DO BRASIL, 29/4/1977, p. 13). Por volta das 13 horas e 40 minutos, embarcou na aeronave para retornar à Brasília (CORREIO DO ESTADO, 29/4/1977, p. 11).

A estada do presidente durou cerca de 3 horas. Certamente um período curto demais para percorrer as aldeias, conversar com os moradores e conhecer a realidade local. A passagem de Geisel, criticada por opositores pelo alto custo da logística, teve um caráter simbólico de autopromoção de seu governo perante a sociedade brasileira usando a imagem dos indígenas. Seu discurso célere nada disse de muito expressivo.

Depois da cerimônia, capitães de dez aldeias Terena entregaram ao presidente da FUNAI um documento para que fosse repassado ao chefe de Estado contendo reivindicações de suas comunidades por apoio a atividades agrícolas e por melhorias na prestação de serviços públicos e na infraestrutura. O manifesto assinado pelas lideranças foi reproduzido na íntegra nas páginas de

um jornal local e apresentava demandas como a criação de escolas de educação básica e ensino profissionalizante, a contratação de professores, a aquisição de um micro-ônibus escolar e de ambulâncias para atender à população aldeada, a criação de ambulatórios nas aldeias, a instalação nas escolas e residências de iluminação e poços artesianos, a expansão da agricultura mecanizada para todas as reservas e a compra de um caminhão (CORREIO DO ESTADO, 30/4/1977, p. 7).

Bem ao estilo terena, os indígenas agiram de forma polida, procurando causar uma boa impressão no presidente e assim cativar a simpatia dele para atender aos interesses do grupo. Não fizeram protestos ostensivos nem causaram constrangimentos.

A historiadora Lenir Ximenes enfatiza que até os anos de 1990, os Terena costumavam a dispor predominantemente de ações diplomáticas como estratégia de relacionamento com os órgãos oficiais de assistência. Ao se apropriarem de conhecimentos e táticas característicos da burocracia estatal, utilizavam-se de expedientes legais e formais, como reuniões com autoridades, mediações com políticos, solicitações por escrito, requerimentos e abaixo-assinados, para encaminhar as suas reivindicações. Orgulhavam-se do convívio amistoso com os “brancos” e do bom trato com as autoridades ao longo da história, o que, no entanto, não eliminou por completo atitudes esporádicas de enfrentamento aberto e desobediência civil (XIMENES, 2017, p. 176-177).

O tratamento receptivo conferido à comitiva de Geisel estava plenamente de acordo com o ethos nativo e com o sentimento de patriotismo cultivado secularmente, não enxergado pelos Terena como contraditório com a sua lealdade étnica.

A insistência na ideia da emancipação

Em outubro de 1977, missionários do CIMI levaram à imprensa a acusação de que funcionários da FUNAI estariam tentando proibir os Terena de falarem sobre a emancipação (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/10/1977, p. 37). Seria mais uma demonstração de arbítrio. Poucos meses depois o próprio governo retomaria o tema de uma maneira que contradizia uma promessa feita pelo ministro do Interior aos Terena.

Em fevereiro de 1978, Rangel Reis divulgou que Geisel iria assinar ainda naquele mês um decreto para liberar indígenas da tutela. Disse que a medida iria abarcar por volta de duas mil pessoas, sendo que o ministério tinha a intenção de emancipar algo entorno de 100 indígenas de etnias variadas ainda durante o governo em vigência, além de toda a etnia Terena, para que servissem como exemplo para as outras. Com isso, cessaria a obrigação da FUNAI atender esse público. Os membros das comunidades emancipadas, se fossem agricultores, ganhariam títulos de

propriedade de alguns hectares como compensação, podendo negociá-las em um prazo de dez anos. A assistência técnica que passariam a receber do governo a partir daí seria semelhante àquela prestada pelo INCRA aos clientes da reforma agrária. Os indígenas moradores dos centros urbanos ou que estivessem trabalhando ou estudando em cidades não teriam direito a receberem glebas. A fundação indigenista os induziria a pedirem a emancipação, fazendo campanhas para propagar as supostas vantagens dela (JORNAL DO BRASIL, 9/2/1978, p. 15).

Pegando o embalo nas declarações do ministro, o jornal *Correio do Estado* estampou em uma reportagem que Jair e Joel de Oliveira poderiam ser emancipados, “bem como outros indígenas que exercem cargos importantes no serviço público” (CORREIO DO ESTADO, 11-12/2/1978, p. 11).

Avançando em seu propósito, a FUNAI promoveu em setembro de 1978, em Brasília, um evento com a participação de antropólogos e indigenistas para apreciar a minuta do decreto que tratava da emancipação. De forma unânime, os especialistas presentes rejeitaram o teor do documento e reafirmaram que a prioridade do governo deveria ser a demarcação das Terras Indígenas, cujo prazo de cinco anos estabelecido pela Lei nº 6.001/73 estava prescrevendo.

O delegado terena da FUNAI de Campo Grande corajosamente protestou em público contra a forma como o governo vinha conduzindo a questão da emancipação. Uma matéria do jornal *O Globo*, de 7 de novembro de 1978, informava:

Segundo ele [Joel de Oliveira], muitas décadas ainda se passarão até que os índios tenham condições de competir em igualdade de condições com os brancos e, ao mesmo tempo, proteger as suas áreas contra invasores, e defender a sua cultura. Considerou uma violência o projeto alterar o artigo 11 do Estatuto do Índio, pelo qual só um decreto presidencial poderá retirar a tutela da Funai sobre as comunidades indígenas e desde que elas estejam de acordo. O que mais lamentamos – disse Joel, é que nenhum índio foi consultado sobre o projeto. Tudo vem sendo feito sob o maior sigilo, exclusivamente a nível do Ministério do Interior, sem nenhuma participação nossa (O GLOBO, 7/11/1978, p. 7).

Movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), entidades e apoiadores da causa indígena protestaram nas mídias. Um grande ato de resistência reuniu mais de 2 mil pessoas no anfiteatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no dia 8 de novembro de 1978, onde um dos oradores que se destacou na crítica à emancipação foi Maurício Pedro, acadêmico de direito que estava entre os universitários apresentados a Geisel na visita a Taunay-Ipegue (FOLHA DE SÃO PAULO, 9/11/1978, p. 9).

Diante da enorme pressão popular contrária, em dezembro de 1978, o governo federal decidiu suspender a tramitação do projeto de supressão da tutela. E foi bom isso ter acontecido,

pois o que os governantes de fato pretendiam, segundo Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 247), era tão somente a dissolução dos indígenas na comunhão nacional e não a “emancipação” no sentido libertário, que implicaria em garantir a autonomia dos povos, os direitos de cidadania, a posse dos territórios tradicionais e os meios adequados para a promoção da saúde, da cultura e da educação.

Os Projetos de Desenvolvimento Comunitário

O que a FUNAI chamava de Projetos de Desenvolvimento Comunitário eram projetos econômicos postos em operação no interior de áreas habitadas por povos considerados em grau de integração mais avançado e localizadas em regiões em que o modo de produção capitalista no campo se desenvolvia em ritmo acelerado. O órgão geralmente direcionava as comunidades para cultivar os mesmos produtos semeados pelos produtores rurais do entorno, reproduzindo, com sutis adaptações, o sistema econômico que vigorava entre pequenos agricultores na sociedade envolvente. Os projetos pretendiam induzir uma mudança de mentalidade, levando os indígenas a abandonarem o modo de produção tradicional voltado para a subsistência e aderirem à uma racionalidade capitalista, que preconizava a exploração intensiva da terra e dos recursos naturais, o manuseio do dinheiro e a inserção na sociedade de consumo. Tais ações se expandiram por todo o país após promulgação do Estatuto do Índio. Em 1973, eram 24 projetos ao todo; oito anos mais tarde, eram 156 (SILVA, 2021, p. 238).

Em 1977, a área sob jurisdição do posto indígena Taunay possuía 3,337 hectares e era habitada por pouco menos de 1.500 pessoas. Cerca de 40% desse território era composto por solos adequados para a agricultura. A superfície era perpassada por alguns córregos pequenos e temporários, e uns poucos fragmentos de vegetação nativa estavam conservados, apesar de a flora e a fauna, de modo geral, estarem em situação avançada de deterioração. O projeto da FUNAI previa promover ali a cultura do feijão em 88,5 hectares de terras descontínuas em lavouras familiares, onde 411 pessoas trabalhariam em regime de alternância, para que não precisassem cessar à dedicação às roças individuais de outros gêneros. Seria absorvida no projeto 27,6% da mão de obra adulta masculina da jurisdição do posto. As atividades seriam geridas pelos próprios trabalhadores indígenas com decisões tomadas em assembleias periódicas. A produtividade média estimada inicialmente seria de mil quilos por hectare, totalizando 88.500 quilos de feijão. O posto Ipegue administrava uma área de 3,037 hectares, árida e pedregosa na maior parte, e com campos bastante degradados, mas contendo vários enclaves de solo propício para a agricultura. Ali seria

desenvolvido outro projeto de cultivo de feijão, a título experimental, em uma única roça coletiva, por escolha da própria comunidade, onde trabalhariam 147 pessoas, cultivando 30 hectares e visando colher 30 mil quilos por safra (BRASIL, 1977, p. 13-31).

Metade dos trabalhadores recrutados para os projetos estatais estavam antes empregados em fazendas vizinhas, com contratos mediados pela própria autarquia indigenista, onde percebiam diárias de baixo valor. A outra metade trabalhava na área indígena em lavouras próprias (BRASIL, 1977, p. 5).

Tratando dos projetos agrícolas que a FUNAI desenvolvia nas aldeias brasileiras na época, a antropóloga Joana Fernandes Silva (2021, p. 247-248) explica que a agência se apropriava da produção e geria os recursos obtidos com a venda dela, assumindo uma postura patronal. O planejamento das ações era concebido por funcionários técnicos e o chefe de posto era quem recrutava os nativos e os orientava quanto ao trabalho que deveriam desempenhar, cumprindo ele um papel que chegava a ser comparado com o de um capataz de fazenda. Os lucros do empreendimento eram revertidos para custear investimentos empenhados anteriormente nos próprios projetos, na compra, por exemplo, de sementes, ferramentas e outros insumos. A ideia era que os postos indígenas passassem a se autofinanciar e deixassem de depender do repasse de verbas públicas.

No documento de apresentação da proposta para Taunay-Ipegue de 1977, o órgão tutor já dava sinais de que o seu apoio financeiro àquela iniciativa não seria permanente, mas não estipulou data para a interrupção da assistência.

A pequena dimensão do projeto, quer no tempo, quer no espaço ou mesmo no seu resultado físico, é uma decorrência da vontade dos índios que apenas desejam, do órgão, um pequeno impulso inicial, que sob a forma de concessão de empréstimo de tratores e de recursos financeiros é sugerido no projeto. Posteriormente, os próprios indígenas, por sua conta e risco, darão prosseguimento às atividades na forma de outro projeto, possivelmente até mais extenso, no qual, sob sua própria gerência, porão em prática a experiência adquirida. (BRASIL, 1977, p. 14).

Nos anos seguintes, projetos agrícolas foram implantados em todas as reservas habitadas pelos Terena. A FUNAI definia como prioridade a produção para o consumo da comunidade, devendo o excedente ser vendido nos comércios das cidades vizinhas. O lucro dessas transações deveria ser investido na aquisição de bens para garantir a safra seguinte. Caberia ao chefe de posto gerenciar o projeto em campo e ao técnico agrícola orientar e treinar os trabalhadores (BRASIL, 1978, p. 17).

Estranhamente, o chefe de posto ficava incumbido oficialmente de manter uma vigilância rigorosa sobre pessoas e instituições que poderiam confluir para a reserva. Nesse ponto fica expressa a ingerência arbitrária da FUNAI e o desejo de monopolizar a mediação das relações entre indígenas e a sociedade externa. A maior preocupação era conter a influência do CIMI, que vinha promovendo assembleias indígenas pelo Brasil, apoiando as demandas territoriais e instando os povos a formarem suas próprias organizações independentes.

Equipamentos pesados foram essenciais na operação dos projetos em Taunay-Ipegue, principalmente no desmatamento, nivelamento do terreno e no gradeamento do solo. Sem eles o plantio em maior escala seria inviável. De acordo com Baltazar, em um primeiro momento, os progressos na produção se fizeram notar. No entanto, em pouco tempo os tratores foram apresentando desgastes em seus componentes, e a dinâmica do trabalho foi desandando, pois, a manutenção não era feita com frequência e faltava combustível, acessórios e peças de reposição. Além disso, as máquinas foram entregues aos moradores locais sem que eles recebessem qualquer treinamento para operá-las e consertá-las. Os reparos mecânicos tinham custos altos – bem como as sementes híbridas, os pesticidas e os fertilizantes – e, como nem sempre estavam garantidos pela agência indigenista, as lideranças indígenas ficaram cada vez mais dependentes do apelo recorrente ao poder público (FUNAI, prefeitura, governo do estado etc.) e vulneráveis à política clientelista dos governantes e gestores (BALTAZAR, 2022, p. 108-109). Em alguns postos indígenas, por falta de abrigos adequados, as máquinas eram deixadas ao relento, o que acelerava a sua deterioração (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 34).

A limitação do espaço dificultava a prática da agricultura itinerante. Isso contribuiu para que as máquinas passassem a ser vistas pelos indígenas como alternativa compensatória pela facilitação no preparo do solo em áreas maiores. Segundo Miguel Jordão, a exploração sistemática da terra sem períodos de pousio, ensejou efeitos adversos, como erosão e compactação dos solos e mudanças nas formas e nas rotinas tradicionais de trabalho (JORDÃO, 2014, p. 105-106). Os nutrientes ficaram mais desgastados e ervas daninhas antes inexistentes passaram a proliferar. A dependência do maquinário, na verdade, resultou, em médio prazo, na diminuição da produção de alimentos e no empobrecimento da variedade de gêneros plantada. A adoção de sementes híbridas adquiridas no mercado pôs em desuso muitas das sementes tradicionalmente usadas pelos Terena, deixando os agricultores dependentes de insumos externos (MIRANDA, 2006, p. 96).

Salvador (2022, p. 89) avalia que, ao levar para dentro das aldeias o pacote tecnológico da Revolução Verde, incondizente com os costumes, ideologias e crenças da tradição terena, a FUNAI

comprometeu a autonomia do grupo. Antonio (2016, p. 36) salienta que o advento desse modelo de produção também resultou em alteração dos hábitos alimentares, proliferação de patologias inéditas nas aldeias e intensificação da migração de seus patrícios para as cidades à procura de empregos assalariados.

Na produção comercial de alimentos, os empresários rurais capitalizados levavam vantagem competitiva porque, fazendo uso de tecnologia sofisticada e empregando pouca gente, conseguiam alocar no mercado produtos de boa qualidade a baixo custo. Os projetos dos indígenas, por operarem em condições materiais menos favoráveis e terem que gerar renda para um amplo grupo de pessoas, ficavam para trás nessa concorrência.

Outro problema detectado por técnicos da FUNAI e do governo estadual em 1980 era que nas aldeias de Mato Grosso do Sul “A inexistência de armazéns para a estocagem dos produtos agrícolas obrigava os índios a comercializarem suas safras imediatamente após a colheita” (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 34). Isso complicava a retenção dos estoques na espera de fases de valorização dos preços de venda.

Cinco anos depois da visita presidencial, os problemas não estavam sanados. Uma matéria do *Jornal do Brasil*, em 15 de fevereiro de 1982, trazia denúncia feita por Domingos Marcos, presidente do Conselho Tribal Terena, de que as comunidades estavam em situação de insegurança alimentar, com indicadores elevados de desnutrição infantil e infecção por doenças, carecendo de assistência médica regular. Domingos protestava contra a falta de terras apropriadas para o cultivo, enfatizando que, se fossem desconsideradas as áreas improdutivas em Taunay-Ipegue, cada família teria menos de meio hectare para plantar (ABRAHAM, 1982, p. 4).

Em 18 de fevereiro de 1982, uma comissão de seis representantes daquela reserva esteve em Brasília, onde foi recebida pelo presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal. Os indígenas reivindicaram apoio às atividades da lavoura e se queixaram de que quatro segmentos das aldeias locais chamados Lagoinha, Morrinho, Jaraguá e Imbiruçu, não estavam sendo contemplados por qualquer projeto. As famílias que moravam nesses segmentos produziam de forma independente pouco menos de 70 hectares de arroz, milho e feijão, sem assistência da delegacia regional de Campo Grande. O ex-cacique Felix Pio contou que no ano anterior essas famílias conseguiram sementes, mas não puderam comprar diesel para abastecer o trator. Por isso, plantaram pouco mais da metade da área que haviam reservado para o cultivo de arroz (O LIBERAL, 18/2/1982).

Essas informações mostram que os recursos destinados pela FUNAI para os projetos não eram repassados com regularidade, não eram suficientes para contemplar todos aqueles indígenas

que queriam trabalhar com a agricultura e tampouco conseguiriam prover a autossuficiência das comunidades. Além disso, a disponibilidade de terras agricultáveis ficava muito aquém das condições para produzir gêneros alimentícios em escala comercial de forma sustentável.

Em 1985, lideranças de Taunay-Ipegue requisitaram junto a FUNAI a ampliação daquela reserva para mais de 30 mil hectares, sendo que o território reivindicado incidia sobre propriedades do entorno cuja terra fora indevidamente legalizada pelo poder público em nome de terceiros no passado (ORTIZ; MOURA, 2017, p. 84). Estávamos agora no período de redemocratização do país.

Dado o aumento das dificuldades socioeconômicas, a partir da década de 1990, os Terena passaram a empreender estrategicamente ações de desobediência civil, como forma de forçar a negociação de seus interesses com o Estado. Protagonizaram atitudes como a retomada de propriedades que incidiam sobre seus territórios tradicionais, a ocupação de prédios da FUNAI, a interdição de rodovias e a retenção de servidores da agência tutora dentro das Terras Indígenas. Como resultado, conseguiram que fosse criado, em 1999, um Grupo Técnico para identificação e delimitação das Terras Indígenas Buriti, Cachoeirinha e Taunay-Ipegue. Com isso, os atritos com os fazendeiros do entorno dessas áreas se acirraram e estes passaram a não mais contratar trabalhadores indígenas, agravando o quadro de pobreza nas aldeias (XIMENES, 2017, p. 148).

Os processos de regularização fundiária tramitam anos a fio inconclusos e, com isso, os indígenas não conseguem estar com a posse garantida dos territórios reivindicados. Como informa o advogado e antropólogo Luiz Eloy Amado (2020, p. 209-210), o processo de regularização da ampliação de limites de Taunay-Ipegue se arrasta por décadas e ainda não foi concluído, tendo sofrido muitas contestações judiciais por parte dos fazendeiros. Em 2016, o ministro da Justiça declarou uma superfície de 33.900 hectares como de posse permanente dos Terena, porém, o trâmite administrativo do processo está paralisado por força de um mandado de segurança do Supremo Tribunal Federal (STF).

Dados citados pelo antropólogo Gilberto Azanha (2003, p. 50-53) mostram que ao longo de duas décadas o número de hectares cultivados em Taunay-Ipegue não evoluiu no ritmo do crescimento da população local. Em 1980 a área plantada era de 254 hectares, e em 1999 era de 587 hectares, quando a população chegava a 3.880 indivíduos. Isso ocorria porque as terras disponíveis para o plantio já haviam atingido o seu limite de exploração. Para agravar a situação, os Terena estavam privados de realizar caçadas “clandestinas” nas propriedades do entorno que faziam até idos dos anos de 1970. Isto porque a crescente formação de pastagens nas fazendas reduziu as

áreas de mata, habitat da fauna silvestre, e porque a vigilância dos seguranças privados foi intensificada.

Nas décadas de 2000 e 2010, as comunidades Terena das Terras Indígenas Buriti, Cachoeirinha e Taunay-Ipegue, cansadas de esperarem o poder público atender às suas demandas fundiárias, empreenderam por conta própria a retomada de parte de seus territórios ancestrais. Depois de alguns anos, segundo Carolina Almeida e Gilberto Azanha (2023, p. 751-752), observou-se uma melhoria sensível na qualidade de vida desses grupos em termos nutricionais, ecológicos e econômicos, comprovando que a ampliação territorial faz muita diferença.

Considerações finais

Brand (2001, p. 64) avaliava que os projetos agrícolas implantados pela FUNAI nos tempos da ditadura além de não conseguirem romper com o ciclo vicioso provocado pelo trabalho externo às reservas, reproduziam, paradoxalmente, as mesmas relações de dependência que propunham suplantar, resultando em um processo de contínuo empobrecimento e deterioração da qualidade de vida nas aldeias.

O fracasso dos projetos fomentados pela FUNAI e a má condução da política indigenista, desde então, tornou os Terena crescentemente dependentes de verbas públicas para produzir até mesmo a sua alimentação básica. Produtores e lideranças indígenas passaram a implorar por recursos junto às instituições.

O caso analisado é um exemplo de como a tutela foi usada como subterfúgio para controlar e manipular a vida das pessoas. Felizmente, a Constituição de 1988 solapou a concepção restritiva de tutela que a ditadura civil-militar sustentava, sem, no entanto, suprimir as garantias de assistência e proteção que os indígenas fazem jus como povos diferenciados. Nem por isso a qualidade da assistência oficial melhorou significativamente, porque a política indigenista nunca foi prioridade de governo, nem mesmo na democracia.

Ao preconizar a incorporação dos povos originários à comunhão nacional e ao pretender forçá-los a mudar seus padrões econômicos e culturais, o Estado operou de forma explícita um mecanismo de colonialidade de poder, que, nos termos de Aníbal Quijano (2009, p. 107-108), consiste em um padrão global de poder inaugurado a partir da intervenção dos conquistadores europeus no continente americano, que estabeleceu um sistema de dominação caracterizado pelo racismo, pela exploração capitalista dos recursos naturais e da mão de obra nativa e pela sujeição da população autóctone a padrões culturais e de subjetividade importados do Velho Mundo.

Mesmo após a emancipação política das ex-colônias, a colonialidade seguiu permeando as relações sociais, nas quais as cosmovisões e epistemologias ameríndias continuaram sendo desconsideradas. Consolidou-se assim uma concepção hierarquizada de humanidade, em que europeus e seus descendentes eram qualificados como racionais, modernos e civilizados, enquanto os demais povos foram taxados como irracionais e atrasados. O fenótipo e a origem geográfica dos indivíduos se converteram em princípios estruturantes das relações de poder, de trabalho e de saber, determinando o status e as condições materiais de vida das pessoas.

Como bem ressaltou o historiador John Monteiro (1999, p. 241-242), a situação de contato interétnico obrigou os povos indígenas a pôr em prática estratégias de resistência a fim de obter benefícios ou, pelo menos, minimizar os danos derivados dessa relação. Eles sempre agiram refletidamente em conformidade com o repertório de conhecimentos e experiências que possuíam para construir suas interpretações dos eventos da realidade.

Tal como os outros povos, os Terena, enquanto sujeitos históricos, agem conscientemente em consonância com a percepção, baseada em códigos culturais próprios, que eles têm do cenário social à sua volta e dos eventos de que vivenciam direta ou indiretamente. Entretanto, sabemos que a capacidade de agência dos grupos subalternizados é limitada pelas relações assimétricas de poder e pelas desigualdades estruturais de acesso aos recursos que permitem o empoderamento. Sendo assim, faz sentido pensar que nos tempos da ditadura civil-militar os Terena procuraram negociar diplomaticamente com os mandatários federais seus interesses, tentando minimizar os prejuízos e obter o máximo de vantagens que achavam ser possível naquele momento.

Os discursos e ações das lideranças indígenas na época nos levam a crer que elas acreditaram ser possível alcançar um desenvolvimento comunitário que lhes trouxessem bem-estar aderindo às propostas que a FUNAI lhes apresentava. Os investimentos na agricultura e em infraestrutura e a visita de Geisel pareciam sinalizar que as melhorias não cessariam tão rapidamente. Porém, os Terena nunca perderam de vista o ideal de retomar os territórios que outrora pertenceram a seus ancestrais, pois sabiam que essa era uma condição imprescindível para a melhoria de sua qualidade de vida. Seja para conservar a natureza ou para explorar atividades econômicas, em moldes tradicionais ou comerciais, era preciso expandir o ínfimo território que controlavam. Essa consciência impulsionou a organização do movimento social indígena cada vez mais aguerrido, que incidiu na conflagração das retomadas das últimas décadas.

O governo ditatorial, de forma negligente, não demarcou mais terras nem investiu montantes significativos na agricultura Terena. Nas décadas subsequentes, com uma conjuntura

política mais favorável, os membros da etnia se sentiram mais confiantes em partir para uma estratégia mais contundente de reconquista dos territórios tradicionais.

Na opinião de Brand (2001, p. 66), o desenvolvimento pleno das comunidades indígenas somente poderá ser alcançado através da interlocução simétrica e respeitosa entre os conhecimentos científicos da modernidade e os saberes tradicionais, na qual os povos originários participem como protagonistas em todas as etapas dos empreendimentos, cabendo-lhes a palavra decisiva.

Nas aldeias Terena, o modelo da agricultura mecanizada ainda prevalece, mas a percepção de que ele não é tão adequado para a realidade local tem feito com que parte das comunidades busquem a alternativa da agroecologia.

A despeito de todas as mudanças culturais que têm sido processadas ao longo de séculos de convívio com a população não indígena, a identidade terena e a coesão social do grupo continuam bastante vigorosas. Enganou-se quem apostou nos anos de 1970 que esse povo seria rapidamente assimilado à comunhão nacional. Acerca disso, é bastante ilustrativa a reflexão do historiador Wanderley Cardoso (2016, p. 342) de que o manuseio das tecnologias modernas não degrada nem reduz a condição indígena dos Terena, uma vez que a sua etnicidade é constantemente redefinida a partir de escolhas conscientes efetuadas no processo de interação com a sociedade envolvente.

Referências

AGOSTINHO, Pedro. Incapacidade civil relativa e tutela do índio. In: COELHO DOS SANTOS, Silvio. (org.). *O índio perante o direito: ensaios*. Florianópolis: UFSC, 1982.

ALMEIDA, Carolina Perini de; AZANHA, Gilberto. Território insurgente: o uso da terra nas retomadas Terena. In: RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (org.). *Povos Indígenas no Brasil 2017/2022*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2023.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Situação jurídica das terras Terena em Mato Grosso do Sul. *Tellus*, Campo Grande, v. 20, n. 41, p. 11-34, 2020.

ANTONIO, Leosmar. Refletindo sobre o conhecimento agrícola tradicional terena e as transformações nas formas de produção. In: ANTONIO, Leosmar; SANT’ANA, Graziella Reis de; MELO, Aislan Vieira de (org.). *O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena*. Brasília: FUNAI, 2016.

AZANHA, Gilberto. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Taunay-Ipegue*. Brasília: FUNAI, 2003.

BALTAZAR, Paulo. *Geografiana oyoé têrenoe ya poke'exake toné Yoko ipéakaxoti / Geografia das afetividades no território indígena Taunay / Ipegue*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

- BRAND, Antônio Jacob. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. *Interações*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 59-68, 2001.
- BRASIL. *A comunidade Terena: referências*. Brasília: FUNAI, 1977.
- BRASIL. *Lei nº 6.001*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Congresso Nacional: Brasília, 19 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. Notícias. *Revista de Atualidade Indígena*, Brasília, ano 1, n. 1, p. 64, 1976.
- BRASIL. *Projeto Taunay*. Brasília: FUNAI, 1978.
- CARDOSO, Wanderley Dias. O protagonismo terena na reconfiguração e sua história. In: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (org.). *Protagonismo ameríndio de ontem e hoje*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. Histórico da emancipação. *Cadernos da Comissão Pró-índio/SP*, São Paulo, Global Editora, n. 1, p. 9-16, 1979.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Políticas para fronteira, história e identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de Terras Indígenas Terena. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 377-410, 2009.
- HECK, Egon Dionisio. Repressão e tutela nas políticas indigenistas da Ditadura Militar. In: BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: Edunila, 2021.
- ISAAC, Paulo Augusto Mário. *Modo de existir terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- JORDÃO, Miguel. *Projetos agrícolas, economia indígena e assistência técnica: da assimilação à política de ATER Indígena e participação*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. *Postos indígenas: subsídios para definição de uma atuação conjunta: estado de Mato Grosso do Sul, Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio - FUNAI*. Campo Grande: SEPLAN, 1980.
- MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e prática agrícola: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História de resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ORTIZ, Rosalvo Ivarra; MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. Memória e trajeto secular: os Terena como protagonista de sua história. *Realização*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 80-86, 2017.
- PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. *Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. *Urbanização e formas de resistência indígena na cidade de Campo Grande-MS: industrialização, relações de trabalho e territorialização étnica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. *As imagens dos indígenas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil: perpetrando o colonialismo cultural*. In: DOCKHORN, Gilvan Veiga; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alceno (org.). *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM; Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os direitos dos indígenas no Brasil*. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi, (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, 1995.

SILVA, Joana Fernandes. *A integração de povos indígenas através de projetos de desenvolvimento comunitário: a política indigenista da FUNAI em finais dos anos de 1970 e início dos anos 1980*. *Tellus*, Campo Grande, v. 21, n. 44, p. 227-253, 2021.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A dimensão sócio-política do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

XIMENES, Lenir Gomes. *A Retomada terena em Mato Grosso do Sul: oscilação pendular entre os tempos e espaços da acomodação em reservas, promoção da invisibilidade étnica e despertar guerreiro*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

Fontes

Jornais:

Correio do Estado

EM MATO GROSSO Geisel visitará índios Terena. *Correio do Estado*, Campo Grande, p. 5, 18 fev. 1977.

EM TAUNAY Geisel é recebido com alegria e até condecorações. *Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 29 abr. 1977.

ÍNDIOS terenas pedem mais ajuda ao governo. *Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 30 abr. 1977.

JAIR e Joel de Oliveira poderão ser emancipados. *Correio do Estado*, Campo Grande, p. 11, 11/12 fev. 1978.

OS INVESTIMENTOS da FUNAI no Posto de Taunay. *Correio do Estado*, Campo Grande, p. 3, 28 abr. 1977.

TERENAS recusam emancipação e pedem mais ajuda ao governo. *Correio do Estado*, Campo Grande, p. 7, 28 mar. 1977.

Folha de São Paulo

ATO público repudia emancipação indígena. *Folha de São Paulo*, Nacional, São Paulo, p. 9, 9 nov. 1978.

Jornal do Brasil

ABRAHAM, Denise. Terenas vivem em desespero. *Jornal do Brasil*, Nacional, Rio de Janeiro, p. 4, 15 fev. 1982.

GEISEL assinará este mês projeto de decreto sobre a emancipação dos índios. *Jornal do Brasil*, Nacional, Rio de Janeiro, p. 15, 9 fev. 1978.

GEISEL diz a 2 mil terenas que “índios integram a grande Nação brasileira”. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno. Rio de Janeiro, p. 13, 29 abr. 1977.

PINHEIRO, Luís Cláudio. Do paternalismo à independência. *Jornal do Brasil*, Caderno B, Rio de Janeiro, p. 1, 21 mar. 1977.

O Estado de São Paulo

CIMI acusa Funai de usar violência em Mato Grosso. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 37, 23 out. 1977.

O Globo

COSTA, Heloisa Doyle. Terenas: paz com os brancos em mais de um século de contato. *O Globo*, O País, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 1977.

DELEGADO da Funai prevê reação dos índios à emancipação. *O Globo*, O País, Rio de Janeiro, p. 7, 7 nov. 1978.

LONTRA, Heloisa. Três mil índios na festa dos Terenas para Geisel. *O Globo*, O País, Rio de Janeiro, p. 8, 29 abr. 1977.

TERENA pretende conseguir tratores. *O Globo*, O País, Rio de Janeiro, p. 10, 7 nov. 1976.

TERENAS terão 2,3 milhões para o seu desenvolvimento. *O Globo*, O País, Rio de Janeiro, p. 6, 4 abr. 1977^a.

O Liberal

TERENAS vão à Funai reivindicar. *O Liberal*, Belém, 18 fev. 1982.